

Usina Uberaba S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de março de 2025 e 2024**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	5
Balancos patrimoniais	8
Demonstrações de resultado	9
Demonstrações dos resultados abrangentes	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto	12
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras	13

Relatório da Administração

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a administração da Usina Uberaba S.A. (“Companhia”), submete à apreciação de V.Sas. os balanços patrimoniais e as demonstrações de resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa da Uberaba S.A., relativos ao exercício findos em 31 de março de 2025, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e acompanhadas do relatório dos auditores independentes.

Contexto Macroeconômico

O exercício findo em 31 de março de 2025 foi caracterizado por um período de crescimento do PIB, alterações na variação cambial e inflação em alta. Tivemos ainda que conviver no exercício encerrado em 2025 com a manutenção da alta taxa de juros, moderado aumento ao crédito, porém em um ambiente de grandes incertezas em relação a perspectivas econômicas, especialmente com guerra comercial iniciado pelo governo norte americano, a manutenção da guerra entre Rússia e Ucrânia e o conflito no oriente médio.

Contexto da Companhia

Todo o setor sucroenergético tem sido afetado, nos últimos anos, por impactos climáticos, aumento no preço dos insumos agrícolas e industriais, além de fatores geopolíticos.

Neste exercício tivemos uma redução de 9,8% na moagem de cana-de-açúcar e conseqüentemente redução de 10,6% na produção industrial, em relação ao exercício anterior, aliado a um moderado aumento nos preços de comercialização do etanol.

Embora tenhamos uma queda de volume e em relação ao exercício anterior, devemos informar que com a manutenção do nosso plano de expansão agrícola e industrial a Companhia mantém uma estabilidade no crescimento e fortalecimento de suas operações. Neste exercício houve a consolidação da operação da planta de levedura e início da exportação de energia, fortalecendo a diversificação das receitas. Estes fatores se traduziram em um resultado consistente e crescente, gerando valor para os acionistas da Usina Uberaba S.A.

Outra informação relevante é que durante a safra 24/25, mantivemos a comercialização dos certificados de descarbonização (Cbios), através da Cooperativa dos Produtores de Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo, agregando valor aos negócios da Companhia.

Em relação a política de distribuição de dividendos e investimentos da Companhia, todas as decisões são deliberadas em assembleias de acionistas após apresentação dos planos de investimentos e posição patrimonial e financeira.

Importante destacar que mantivemos todos os programas de treinamento e desenvolvimento dos nossos colaboradores, tanto de cunho técnico como comportamental, além de manter nossa política de doações a entidades beneficentes e culturais da região.

Nosso histórico de cumprimento de acordos (mesmo em momentos de crise) e nossa transparência nas relações, aliados à forte gestão da carteira, com contínuo monitoramento financeiro, tem possibilitado a Usina Uberaba S.A. acessar linhas de crédito junto as maiores instituições financeiras do país, as quais vêm mantendo posições e operações importantes e de longo prazo, com taxas de juros competitivos em relação às praticadas no mercado, aliados à redução do endividamento líquido.

A Usina Uberaba S.A., através de uma estruturada política de relacionamento com fornecedores de cana e parceiros agrícolas, vem conseguindo sustentar o seu crescimento de uma maneira consistente. Esta política de relacionamento tem se mostrado fundamental para desenvolvimento do negócio e planos de crescimento.

A administração da Companhia mantém a expectativa que todas as metas definidas para a próxima safra serão atingidas.

Aproveitamos para agradecer aos fornecedores pela confiança; aos colaboradores pelo empenho, dedicação e talento; e às instituições financeiras e aos acionistas pelo apoio e confiança.

Uberaba, 25 de junho de 2025.

Administração



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Avenida Presidente Vargas, 2.121
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América
Edifício Times Square Business
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Telefone +55 (16) 3323-6650
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da

Usina Uberaba S.A.

Uberaba – MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Usina Uberaba S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Usina Uberaba S.A. em 31 de março de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis da administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto/SP, 25 de junho de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027666/O-5 F SP



Gustavo de Souza Matthiesen
Contador, CRC SP-293539/O-8

Usina Uberaba S.A.

Balancos patrimoniais 31 de março de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/03/2025	31/03/2024	Passivo e patrimônio líquido	Nota	31/03/2025	31/03/2024
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	285.744	229.640	Fornecedores	18	106.570	53.755
Contas a receber - Clientes	7	7.700	7.861	Empréstimos e financiamentos	19a	61.432	69.838
Contas a receber - Cooperativa	8	60.284	1.357	Passivo de arrendamento	21	3.817	-
Estoques	9	29.409	21.137	Impostos e contribuições a recolher	20	6.413	3.187
Ativo biológico	10	95.258	91.470	Imposto de renda e contribuição social a recolher		7.479	-
Adiantamentos a fornecedores	11	50.616	37.823	Salários e encargos sociais a pagar		18.096	16.925
Impostos a recuperar	12a	16.647	28.960	Demais passivos	22	6.279	7.380
Imposto de renda e contribuição social saldo negativo	12b	28.318	140.604			<u>210.086</u>	<u>151.085</u>
Demais ativos		4.369	853				
		<u>578.345</u>	<u>559.705</u>				
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Empréstimos e financiamentos			
Contas a receber - Cooperativa	8	30	2.066	Financiamentos - Cooperativa	19b	186.325	215.139
Impostos a recuperar	12a	11.931	12.274	Passivo de arrendamento	21	2.806	3.462
Depósitos judiciais	13	19.730	14.190	Impostos e contribuições a recolher	20	15.995	-
		<u>31.691</u>	<u>28.530</u>	Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	16.707	11.575
				Provisão para contingências	23	43.289	46.992
						<u>914</u>	<u>914</u>
						<u>266.036</u>	<u>278.082</u>
Investimentos	16	162.782	150.873	Total do passivo		<u>476.122</u>	<u>429.167</u>
Imobilizado	17	718.865	672.813				
Intangível		627	429	Patrimônio líquido	26		
Direito de uso de arrendamento	21	22.057	-	Capital social		763.855	616.759
		<u>936.022</u>	<u>852.645</u>	Reserva legal		53.526	49.483
				Reserva de incentivos fiscais		144.460	144.460
				Resultado a deliberar		<u>76.404</u>	<u>172.481</u>
				Total do patrimônio líquido		<u>1.038.245</u>	<u>983.183</u>
Total do ativo		<u>1.514.367</u>	<u>1.412.350</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>1.514.367</u>	<u>1.412.350</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Usina Uberaba S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/03/2025	31/03/2024
Receita operacional líquida	27	785.545	761.806
Custo dos produtos vendidos	28	(639.031)	(574.835)
Valor justo do ativo biológico	10	<u>(12.875)</u>	<u>6.075</u>
Lucro bruto		133.639	193.046
Receitas (despesas) operacionais			
Vendas	29	(24.737)	(27.220)
Administrativas e gerais	29	(41.256)	(29.574)
Outras receitas operacionais, líquidas	30	3.943	15.575
Resultado da equivalência patrimonial em controladas	16	<u>12.660</u>	<u>(4.040)</u>
Resultado antes do resultado financeiro e impostos		<u>84.249</u>	<u>147.787</u>
Receitas financeiras	31	44.038	35.271
Despesas financeiras	31	(31.311)	(33.845)
Variação cambial, líquida	31	<u>(4)</u>	<u>-</u>
Resultado financeiro líquido	31	<u>12.723</u>	<u>1.426</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		96.972	149.213
Imposto de renda e contribuição social correntes		(19.824)	54.418
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	<u>3.703</u>	<u>(2.055)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>80.851</u>	<u>201.576</u>
Quantidade de ações - em milhares		<u>113.591</u>	<u>113.591</u>
Lucro básico e diluído por ação - R\$		<u>0,71</u>	<u>1,77</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Usina Uberaba S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	31/03/2025	31/03/2024
Lucro líquido do exercício	80.851	201.576
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	80.851	201.576

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Usina Uberaba S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Lucros a deliberar	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de março de 2023	574.343	39.404	75.362	147.462	-	836.571
Aumento de capital social (Nota 26a)	42.416	-	-	(42.416)	-	-
Distribuição de dividendos (Nota 26c)	-	-	-	(53.956)	-	(53.956)
Constituição de Reserva Incentivos Fiscais (Nota 26b)	-	-	69.098	-	(69.098)	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	201.576	201.576
Destinações:						
Reserva legal (Nota 26b)	-	10.079	-	-	(10.079)	-
Dividendos obrigatórios (Nota 26c)	-	-	-	-	(1.008)	(1.008)
A deliberar em Assembleia Geral	-	-	-	121.391	(121.391)	-
Saldos em 31 de março de 2024	<u>616.759</u>	<u>49.483</u>	<u>144.460</u>	<u>172.481</u>	<u>-</u>	<u>983.183</u>
Aumento de capital social (Nota 26a)	147.096	-	-	(147.096)	-	-
Distribuição de dividendos (Nota 26c)	-	-	-	(25.385)	-	(25.385)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	80.851	80.851
Destinações:						
Reserva legal (Nota 26b)	-	4.043	-	-	(4.043)	-
Dividendos obrigatórios (Nota 26c)	-	-	-	-	(404)	(404)
A deliberar em Assembleia Geral	-	-	-	76.404	(76.404)	-
Saldos em 31 de março de 2025	<u>763.855</u>	<u>53.526</u>	<u>144.460</u>	<u>76.404</u>	<u>-</u>	<u>1.038.245</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Usina Uberaba S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/03/2025	31/03/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro do exercício antes do imposto de renda e contribuição social		96.972	149.213
Ajustes para:			
Depreciação e amortização		144.057	119.723
Juros e variações cambiais provisionados	15	30.784	33.420
Mensuração no valor justo de ativos biológicos	10	12.875	(6.075)
Reconhecimento estoque Cbios	30	8.291	-
Diminuição do ativo biológico devido a colheita de cana-de-açúcar	10	91.470	93.431
Resultado na baixa de ativo imobilizado	30	(2.650)	(1.810)
Resultado da equivalência patrimonial em controladas	16	(12.660)	4.040
Depreciação direito de uso de arrendamento	21	3.121	-
Provisão parte crédito presumido ICMS	22	-	5.690
Receita de dividendos mensurados ao custo	30	(149)	(41)
Ganho por variação patrimonial de investida	30	(7.347)	(16.319)
Varição de ativos e passivos			
Contas a receber		(56.730)	41.619
Estoques		(16.562)	(4.958)
Impostos a recuperar		99.053	4.500
Adiantamentos a fornecedores		(12.214)	7.658
Demais ativos		(3.516)	(358)
Depósitos judiciais		(5.540)	(4.373)
Fornecedores		52.815	(25.431)
Salários e contribuições sociais		1.171	2.112
Impostos e contribuições a recolher		30.666	4.241
Demais passivos		(495)	(2.837)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		453.412	403.445
Juros pagos	15	(24.246)	(28.577)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(8.764)	(42.626)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		420.402	332.242
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de ativos biológicos	10	(108.133)	(85.395)
Aquisição de investimentos		(62)	(30.034)
Aquisição de intangível		(668)	(560)
Aquisição de imobilizado	17	(190.731)	(134.588)
Recebimento de dividendos		8.308	19.028
Valor recebido na alienação de ativo imobilizado	30	3.163	3.861
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(288.123)	(227.688)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Pagamento de arrendamento	15	(6.631)	-
Empréstimos e financiamentos bancários tomados	15	20.461	40.516
Pagamentos de empréstimos e financiamentos - principal	15	(63.610)	(59.488)
Pagamento de dividendos		(26.395)	(54.865)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(76.175)	(73.837)
Aumento em caixa e equivalentes de caixa, líquido		56.104	30.717
Demonstração do aumento no caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício		229.640	198.923
No fim do exercício	6	285.744	229.640
		56.104	30.717

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

1.1 A Companhia

A Usina Uberaba S.A. (“Companhia”), com sede na Fazenda Uberaba, Rodovia Municipal 304, Km 2,5, cidade de Uberaba, Estado de Minas Gerais, tem como atividade preponderante a fabricação de etanol.

A Companhia é cooperada da Cooperativa dos Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo, cujo ato cooperado entre as partes implica na entrega, imediata e definitiva, da produção de etanol nos estabelecimentos da Cooperativa. O resultado da comercialização desses produtos, no mercado interno e externo, é rateado para cada cooperado, em conformidade com o disposto no Parecer Normativo CST n° 66, de 05 de setembro de 1986.

Aproximadamente 57% da cana-de-açúcar processada pela Companhia é própria, sendo cultivadas em terras próprias e de terceiros, mediante exploração de parceria agrícola.

1.2 Investidas

Uberaba Energia Ltda. – controlada

A Uberaba Energia Ltda., com sede na Fazenda Uberaba, tem como atividade a produção, consumo e comercialização de energia elétrica, vapor vivo, vapor de escape e todos os derivados provenientes da cogeração de energia elétrica produzida a partir de matéria prima adquirida ou consorciada de terceiros, tendo iniciado suas atividades comerciais em setembro de 2024. Desta forma a administração optou por não preparar e apresentar as demonstrações financeiras consolidadas, pois entende que o benefício da informação não superaria os custos de produzi-la e a falta dessa informação não prejudica a tomada de decisão pelos usuários das demonstrações financeiras da Companhia uma vez considerada a equivalência patrimonial.

1.3 Renovabio

Instituído pela Lei n° 13.576/2017, o RENOVABIO é a Política Nacional de Biocombustíveis que tem como principal foco o estabelecimento de metas nacionais anuais de descarbonização para o setor de combustíveis, objetivando o aumento da produção e da participação de biocombustíveis na matriz energética de transporte do país. Estes certificados (Cbios) deverão ser adquiridos pelas distribuidoras de combustíveis para comprovar o cumprimento de metas de redução de emissão de carbono.

Estamos comercializando os certificados de descarbonização (Cbios), através da Cooperativa dos Produtores de Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo, registrando o valor negociado como receita operacional da Companhia, quando do reconhecimento do direito do PN66.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as políticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia em 25 de junho de 2025.

Detalhes sobre as políticas contábeis materiais da Companhia estão apresentadas na nota 3.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- Os ativos biológicos mensurados pelo valor justo deduzidos das despesas com vendas; e
- Os investimentos em coligadas e controladas avaliados por equivalência patrimonial.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real (R\$ mil), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis materiais da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(i) *Julgamentos*

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 21** – Passivo de arrendamento: se a Companhia tem razoável certeza de exercer opções de prorrogação.

(ii) *Incertezas sobre premissas e estimativas*

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data da emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos

contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 3.4 (iii)** – Vida útil do ativo imobilizado;
- **Nota 10** – Ativo biológico - O ativo biológico é mensurado ao valor justo na data de cada balanço patrimonial e os efeitos de variação do valor justo entre os períodos são alocados diretamente no custo dos produtos vendidos;
- **Nota 14** – Ativos e passivos fiscais diferidos - disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados; e
- **Nota 23** – Provisão para contingências - principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

(iii) Mensuração a valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requerem a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 10** - Ativo biológico; e
- **Nota 24** - Instrumentos financeiros.

3 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

3.1 Investimentos em controladas

Os investimentos em controlada são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial e são reconhecidos inicialmente pelo custo. Os investimentos da Companhia incluem o ágio identificado na aquisição, líquido de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

A Administração optou por não efetuar e divulgar demonstrações financeiras consolidadas em

função da imaterialidade dos saldos apresentados na consolidação. A Companhia possui o controle nas investidas, porém sua posição patrimonial e financeira não é relevante para fins de consolidação.

3.2 Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado.

As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado.

3.3 Instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

(i) *Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e não reconhecimento*

Os instrumentos financeiros ativos e passivos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) *Compensação de instrumentos financeiros*

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(iii) Capital social

Ações ordinárias nominativas da Companhia são classificadas como patrimônio líquido. A Companhia não possui ações preferenciais.

(iv) Dividendos

Os dividendos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo. O saldo do lucro líquido, deduzidas as reservas legais e o dividendo obrigatório será reconhecido como obrigação quando deliberado por ocasião da Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas. Vide nota 26c.

3.4 Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

A Companhia optou por não reavaliar os ativos imobilizados pelo custo atribuído (*deemed cost*) na data de abertura do exercício de 2010. A Administração da Companhia realizou um estudo sobre os benefícios da adoção do custo atribuído (*deemed cost*) e concluiu que esses benefícios não são superiores aos custos de adoção.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados.

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas / despesas operacionais no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Gastos com manutenção que implicam em prolongamento da vida útil econômica dos bens do ativo imobilizado são capitalizados. Gastos com manutenção sem impacto na vida útil econômica dos ativos são reconhecidos como despesa quando realizados. Os itens substituídos são baixados.

Os gastos com manutenção agrícola e industrial, incorridos no período de entressafra são levados ao imobilizado para serem apropriados ao custo de produção do açúcar e do etanol no decorrer da safra seguinte.

(iii) **Depreciação**

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos e terra nua não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente são as seguintes:

Edifícios e construções	26 anos
Máquinas, instalações e equipamentos	Entre 3 e 29 anos
Veículos	14 anos
Máquinas e implementos agrícolas	16 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Lavouras de cana-de-açúcar	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

3.5 Ativos biológicos

Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo, deduzidos das despesas de venda.

Alterações no valor justo menos despesas de venda são reconhecidos no resultado. Custos de venda incluem todos os custos que seriam necessários para vender os ativos. A cana-de-açúcar em pé é transferida ao estoque pelo seu valor justo, deduzido das despesas estimadas de venda apuradas na data de corte.

3.6 Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os custos dos estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

O custo da cana-de-açúcar transferido dos ativos biológicos é seu valor justo menos as despesas de venda apuradas na data do corte.

O Cbios é caracterizado como um ativo, na sua essência, intangível, por não ter substância física, que decorre de eventos passados e gera um direito para a Companhias combinadas. O direito nasce como consequência de uma subvenção governamental, logo seu reconhecimento inicial é tratado dentro do escopo do Pronunciamento Técnico CPC 07 - Subvenção e Assistência Governamentais, e seu reconhecimento inicial é através do valor justo, registrado na linha de outras receitas e despesas operacionais, líquidas (nota explicativa nº 30).

Após a mensuração inicial, o Cbios, por ter sua origem derivada de operações e ser comercializado pelas Companhias combinadas, passa a ser tratado como estoque, e sua mensuração subsequente passa a ser o valor realizável líquido, conforme definido no CPC 16 – Estoques.

Ao final do exercício a Companhia faz a comparação entre o custo de estoque do Cbios e o seu valor realizável líquido de mercado, e caso necessário, faz o registro de *impairment*.

3.7 Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) *Ativos financeiros*

A Companhia avalia a cada data de apresentação se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado.

Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.

Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

(ii) *Ativos não financeiros*

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os ativos biológicos, estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou Unidade Geradora de Caixa ("UGC") exceder seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de

impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Durante os exercícios encerrados em 31 de março de 2025 e 2024, a Companhia não identificou indicadores de que seus ativos estão registrados com valor acima do seu valor recuperável.

As perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

3.8 Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

3.9 Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

3.10 Receita operacional

(i) Venda de produtos – Etanol

As receitas auferidas e despesas incorridas pela Cooperativa são apropriadas ao resultado do exercício com base em rateio, definido de acordo com a produção da Companhia em relação às demais cooperadas, em conformidade com o disposto no Parecer Normativo CST n° 66, de 5 de setembro de 1986.

(ii) Venda de produtos – cana-de-açúcar, bagaço de cana e levedura

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, que as obrigações de desempenho do contrato com clientes tenham sido cumpridas, de que for provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja

envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

3.11 Receita financeira e despesa financeira

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

3.12 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados, respectivamente, com base nas alíquotas de 15% (acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda) e 9% sobre o lucro tributável, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social limitada a 30% do lucro tributável real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados ao patrimônio líquido ou a outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas o que levaria a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

3.13 Aspectos ambientais

As instalações de produção da Companhia e sua atividade industrial estão sujeitas às regulamentações ambientais. A Companhia diminui o risco associado com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e controles e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. A Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e nos regulamentos em vigor.

A Companhia possui certificação relacionada ao sistema de gestão integrada e anualmente são realizadas auditorias pelo órgão certificador, visando a conformidade dos processos e operações. Em complemento, a Companhia recebe processos de auditorias e verificações específicas de agências governamentais e independentes, para requisitos específicos do governo e de clientes, além dos requisitos de certificações de padrões socioambientais, que estão submetidos. Assim buscam além da conformidade com padrões da qualidade de seus produtos, melhorias voltadas a sustentabilidade do negócio e cumprimento de sua política de gestão.

3.14 Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Se houver mais de um componente de arrendamento no contrato, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

Ao atendimento da norma, existem apenas contratos de arrendamentos de propriedades rurais, não havendo componentes a serem segregados, sendo contabilizados como um único componente.

Como arrendatário

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento de terras na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e, subsequentemente, pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustados pelas taxas dos respectivos contratos.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente de pagamentos de arrendamentos que não foram pagos na data da transição, descontados usando uma taxa nominal para cada período, baseada nas taxas de juros livres observadas por projeções de mercado (nota 21).

A Companhia remensura o passivo de arrendamento se houver uma alteração no prazo de arrendamento ou se houver alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de

alteração em índice ou em taxa utilizada para determinar esses pagamentos, reconhecendo o valor da remensuração do passivo de arrendamento como ajuste ao ativo de direito de uso.

A Companhia aplicou julgamento para determinar o prazo de arrendamento dos contratos que incluem opção de renovação. A assertividade da avaliação se a Companhia pode exercer esta opção tem impacto direto no prazo do arrendamento, podendo afetar significativamente o valor do passivo do arrendamento e do ativo de direito de uso reconhecido. As opções de extensão e rescisão estão incluídas nos contratos de arrendamento da Companhia.

A Companhia reconhece o passivo dos pagamentos futuros trazidos a valor presente por uma taxa de juros incremental e em contrapartida reconhecer o direito de uso destes contratos como um ativo.

Como arrendador

A Companhia e suas coligadas não possuem contratos em que figurem como arrendadora, portanto não houve qualquer ajuste na contabilização dos seus ativos.

3.15 Subvenção para investimentos

As subvenções governamentais não são reconhecidas até que exista segurança razoável de que a Companhia irá atender às condições relacionadas e que as subvenções serão recebidas. A Companhia destina o valor dessa subvenção governamental até o limite do lucro líquido do exercício para a rubrica “Reserva para incentivos fiscais”. No caso de a Companhia apurar prejuízo no período ou o lucro líquido ser inferior à parcela decorrente de subvenções governamentais e, nesse caso, esta não puder ser destinada para a rubrica “Reserva para incentivos fiscais”, a transferência para a conta de “Reservas para incentivos fiscais” ocorrerá nos períodos subsequentes.

As subvenções e assistências governamentais tomadas pela Companhia estão divulgadas na nota 12(iv) e nota 26(b-ii) das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de março de 2025.

3.16 Mudanças nas políticas contábeis materiais

(i) Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com Covenants (alterações ao CPC 26)

A Companhia adotou a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes (alterações ao CPC 26) e passivos não circulantes com *covenants* (alterações ao CPC 26) a partir de 1º de abril de 2024. As alterações se aplicam retrospectivamente. Elas esclarecem certos requisitos para determinar se um passivo deve ser classificado como circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos de empréstimos não circulantes que estão sujeitos a *covenants* dentro de 12 meses após o período de relatório.

Conforme divulgado na nota explicativa 19, a Companhia tem empréstimos bancários com garantia que estão sujeitos a *covenants* específicos. Embora uma futura quebra dos *covenants* específicos possa exigir que a Companhia liquide os passivos antes das datas de vencimento contratuais, a administração avaliou os impactos dessa política e não identificou impacto significativo na classificação dos seus passivos.

4 Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo.

Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

(i) ***Os ativos biológicos e os respectivos produtos***

Ativos biológicos devem ser reconhecidos ao valor justo menos as despesas estimadas de venda.

A metodologia adotada pela Companhia, para satisfazer a exigência de cálculo nos ativos biológicos correspondentes a cana-de-açúcar em pé, foi de acordo com método de fluxo de caixa futuro descontado. O fluxo de caixa futuro descontado é efetuado considerando premissas como preço da tonelada de cana-de-açúcar, produtividade, custos de corte, carregamento e transporte, custo dos tratos culturais, custos de parceria, custo de capital, impostos, entre outros. A taxa de desconto utilizada para descontar o fluxo de caixa ao valor presente é calculada com base Custo Médio Ponderado de Capital – WACC.

(ii) ***Empréstimos e financiamentos***

Estão classificados como outros passivos financeiros e estão contabilizados pelos seus custos amortizados. O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras.

(iii) ***Valor justo de instrumentos financeiros***

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

5 Novas normas, alterações e interpretações de normas

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025 (no caso da Companhia em 1º de abril de 2025). A Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

(i) ***IFRS 18 Apresentação e divulgação das demonstrações contábeis***

O IFRS 18 substituirá o CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.

- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando os impactos sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como “outros”.

(i) Outras normas contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02).
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

6 Caixa e equivalentes de caixa

	31/03/2025	31/03/2024
Caixa e bancos	227	418
Aplicações financeiras	285.517	229.222
	285.744	229.640

A Companhia considera como caixa e equivalentes de caixa os saldos provenientes das contas de caixa, banco e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras da Companhia se referem a Certificado de Depósito Bancário e a remuneração varia entre 100% e 105% do CDI (em 31 de março de 2024 a remuneração variava entre 100% e 110% do CDI).

A exposição da Companhia a risco de taxas e análise de sensibilidade para os ativos e passivos estão apresentados na nota 24.

7 Contas a receber - Clientes

	31/03/2025	31/03/2024
Contas a receber	7.983	8.144
(-) Provisão para perdas esperadas	(283)	(283)
	7.700	7.861

Corresponde aos direitos a receber por comercialização de produtos e coprodutos de produção própria da Companhia.

A exposição da Companhia a risco de taxas e análise de sensibilidade para os ativos e passivos estão apresentados na nota 24.

Os saldos em aberto são realizáveis e não há expectativas de perdas acima do montante já provisionado.

	31/03/2025	31/03/2024
Saldo inicial	(283)	(283)
(-) Reversão de provisão	-	-
	<u>(283)</u>	<u>(283)</u>

A análise de vencimentos dessas contas a receber está representada abaixo:

	31/03/2025	31/03/2024
A vencer		
até 30 dias	871	1.158
de 31 até 90 dias	4.011	5.200
de 91 até 180 dias	212	121
acima de 180 dias	<u>1.697</u>	<u>1.638</u>
	<u>6.791</u>	<u>8.117</u>
Vencidos		
até 30 dias	419	2
de 31 até 90 dias	272	3
de 91 até 180 dias	43	3
acima de 180 dias	<u>458</u>	<u>19</u>
	<u>1.192</u>	<u>27</u>
	<u>7.983</u>	<u>8.144</u>

8 Contas a receber – Cooperativa

Correspondem aos valores a receber das operações com a Cooperativa, em conformidade com o disposto no Parecer Normativo CST n° 66, de 05 de setembro de 1986, que dispõe sobre o momento da apropriação da receita operacional no caso de faturamento por ato cooperativo, de acordo com a produção da Companhia em relação às demais cooperadas.

A exposição da Companhia a risco de taxas e análise de sensibilidade para os ativos e passivos estão apresentados na nota 24.

9 Estoques

	31/03/2025	31/03/2024
Produtos acabados entregues à Cooperativa		
- Cbios	4.973	-
Levedura	-	106
Almoxarifado de materiais auxiliares, de manutenção e outros	<u>24.436</u>	<u>21.031</u>
	<u>29.409</u>	<u>21.137</u>

Os saldos de estoques são realizáveis e não há expectativas de perdas acima do montante já provisionado.

	31/03/2025	31/03/2024
Saldo inicial	(165)	(165)
(-) Reversão de provisão	-	-
	<u>(165)</u>	<u>(165)</u>

10 Ativo biológico

Os ativos biológicos de cana-de-açúcar são mensurados ao valor justo menos a despesa de venda no momento do reconhecimento inicial e no final de cada período de competência.

	31/03/2025	31/03/2024
Saldo inicial	91.470	93.431
Aumento decorrente de plantio e tratos	108.133	85.395
Diminuição decorrente da amortização	(91.470)	(93.431)
Mensuração no valor justo menos despesas estimadas de venda	(12.875)	6.075
	<u>95.258</u>	<u>91.470</u>

Para o atendimento do CPC 29 – Ativo biológico, a Companhia utilizou o cálculo do valor justo pelo método de fluxo de caixa futuro descontado nos ativos biológicos correspondentes a cana-de-açúcar em pé.

Lavouras de cana-de-açúcar

As áreas cultivadas representam apenas as plantas de cana-de-açúcar, sem considerar as terras em que estas lavouras se encontram. As seguintes premissas foram utilizadas na determinação do valor justo:

	31/03/2025	31/03/2024
Área estimada de colheita (hectares)	18.334	18.211
Produtividade prevista (tons de cana/hectares)	111,54	112,30
Quantidade total de açúcar recuperável - ATR (kg)	125,73	125,45
Valor do Kg de ATR	1,1860	1,1024
WACC (a.a.)	6,45%	7,34%

O volume de produção de cana-de-açúcar a ser cortada e a sua produtividade, medida em toneladas e nível de concentração de açúcar - ATR, foram estimados considerando a média de produtividade projetada do canavial por idade de corte.

O valor do Kg de ATR é estimado com base em dados divulgados pelo Conselho dos Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo (CONSECANA).

A taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa corresponde ao custo médio de capital ponderado da Companhia, o qual é revisado anualmente pela Administração.

Os custos estimados para esse tipo de cultura contemplam: custos necessários para que ocorra a transformação biológica da cana-de-açúcar (tratos culturais) até a colheita; custos com Colheita/Corte, Transbordo e Transporte (CCTT); custos de capital (equivalentes a parceria agrícola, arrendamento de terras, aquisição de máquinas e equipamentos); e impostos incidentes sobre o fluxo de caixa positivo.

O cultivo de cana-de-açúcar é iniciado pelo plantio de mudas em terras próprias ou de terceiros e o primeiro corte ocorre após um período de 12 a 18 meses do plantio, quando a raiz ("soqueira") continua no solo. Após cada corte ou ano/safra, a soqueira tratada cresce novamente em média por mais cinco ou seis safras.

Os ativos biológicos correspondem aos produtos agrícolas em desenvolvimento (cana em pé) produzidos nas lavouras de cana-de-açúcar (planta de produção) e que serão utilizados como matéria-prima na produção de açúcar e etanol no momento da sua colheita.

As plantas de produção são classificadas no ativo imobilizado e não integram o valor justo dos ativos biológicos.

O valor justo do produto agrícola colhido é determinado pelas quantidades projetadas e valorizadas pela estimativa do preço da cana pelo método CONSECANA para a próxima safra.

O valor justo da cana-de-açúcar no momento da colheita passará a ser o custo da matéria-prima utilizada no processo produtivo de açúcar e etanol.

A Companhia está exposta a uma série de riscos relacionados às suas plantações:

Riscos de oferta e demanda

A Companhia está exposta aos riscos decorrentes das flutuações no preço e volume de vendas de etanol produzidos a partir da cana-de-açúcar. A gestão destes riscos é administrada diretamente pela Cooperativa, inclusive quanto a analisar a tendência regular do setor para garantir que as estratégias operacionais estão em linha com o mercado e assegurar que os volumes projetados de produção são coerentes com a demanda esperada.

Riscos climáticos e outros

As atividades operacionais de cultivo de cana-de-açúcar estão expostas ao risco de danos decorrentes das mudanças climáticas, pragas e doenças, incêndios florestais, disponibilidade de recursos hídricos e outras forças naturais. Importante informar que tais riscos, podem impactar em algumas premissas utilizadas para dimensionar o valor contábil do ativo biológico.

Em relação a outros riscos que podem impactar os negócios relativos ao ativo biológico, podemos citar positivamente o Renovabio (vide nota 1.3) e as condições mercadológicas de oferta e demanda do produto.

Neste sentido, a Companhia tem processos extensivos com recursos alocados para acompanhar e mitigar esses riscos, incluindo inspeções regulares da situação da lavoura de cana-de-açúcar e o acompanhamento constante das mudanças de mercado.

Análise de sensibilidade do valor justo

A Companhia avaliou o impacto sobre o valor justo do ativo biológico em 31 de março de 2025, a título de análise de sensibilidade, considerando a mudança para mais ou para menos das seguintes variáveis: (i) preço da tonelada de cana-de-açúcar, e (ii) volume de produção de cana-de-açúcar. As demais variáveis de cálculo permanecem inalteradas. Dessa forma, uma variação (para mais ou para menos) de 5% no preço da tonelada de cana resultaria em um aumento ou redução de R\$ 9.377 no valor justo do ativo biológico. Com relação ao volume de produção,

uma variação (para mais ou para menos) de 5% resultaria em um aumento ou redução de R\$ 4.525 no valor justo do ativo biológico.

11 Adiantamentos a fornecedores

	31/03/2025	31/03/2024
Fornecedores de cana e parceria agrícola	49.637	37.249
Fornecedores diversos	979	574
	50.616	37.823

Os adiantamentos a fornecedores são para compra de cana-de-açúcar conforme previsões contratuais, com realização para a safra 2025/2026.

A cana de fornecedores parceiros, quando do seu recebimento, é atualizada pelo preço da tonelada de cana estabelecido pelo modelo definido no Conselho dos Produtores de Cana-de-açúcar do Estado de São Paulo – Consecana.

12 Impostos a recuperar

a. Impostos a recuperar

	31/03/2025	31/03/2024
ICMS – saldo credor corrente (i)	4.572	19.079
ICMS sobre aquisição de bens do imobilizado (ii)	15.907	16.365
PIS e COFINS (iii)	6.812	4.047
Outros	1.287	1.743
	28.578	41.234
Circulante	16.647	28.960
Não circulante	11.931	12.274

- (i) Com objetivo de atenuar os efeitos da elevação dos preços dos combustíveis fósseis e manter o diferencial de competitividade na comercialização de biocombustíveis, o governo estadual repassou aos produtores de etanol, crédito outorgado de ICMS, proveniente do auxílio financeiro distribuído pelo governo federal aos Estados, em decorrência da Emenda Constitucional nº 123 de 2022. Considerando que a incidência do ICMS sobre a circulação dos combustíveis (EHC e EAC) está diferida até o fechamento desta demonstração financeira, houve o acúmulo de créditos fiscais. Estima-se uma mudança a curto/médio prazo na legislação para novamente tributar estes produtos e assim possibilitar a compensação deste valor.
- (ii) A Companhia, por aprovação unânime do seu Conselho Administrativo, aprovou um plano de expansão de suas operações, que envolveu a aquisição de novos equipamentos industriais e veículos agrícolas. Ao adquirir estes bens, creditou-se do valor do ICMS destacado na nota fiscal (direito), os quais serão utilizados para compensação de débitos futuros da mesma natureza.
- (iii) O aumento do saldo credor das Contribuições para o PIS/Pasep e da COFINS, ocorreu em função da iniciativa do governo federal em estimular o consumo e a retomada da economia, reduzindo a zero as alíquotas destas contribuições no período de 06/2022 a 02/2023, incidentes sobre a comercialização do etanol, inclusive para fins carburantes, mantendo ao contribuinte o direito ao crédito sobre as aquisições dos insumos utilizados no processo produtivo. Outros fatores que contribuam para o aumento do saldo credor, foram: i) a possibilidade de apropriação do “crédito presumido” do PIS e da COFINS sobre aquisição do óleo diesel combustível, pois no mesmo período sua comercialização estava sujeita à alíquota zero dessas contribuições; e, ii) possibilidade de registrar o crédito de forma imediata sobre a imobilização de equipamentos industriais.

b. Imposto de renda e contribuição social saldo negativo

	31/03/2025	31/03/2024
IR / CS saldo negativo (i)	<u>28.318</u>	<u>140.604</u>
	<u>28.318</u>	<u>140.604</u>

- (i) Valor proveniente da recomposição da base de cálculo do IR/CS tendo como fundamento o disposto no art. 10 da Lei Complementar 160/17 em conjunto com Art. 30 da Lei 12.973/14, que basicamente dispõe que benefícios fiscais são considerados subvenções para investimentos, desde que atendidos os requisitos de regularidade e constituição da reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido, cujas condições foram devidamente observadas pela Companhia. Nesse exercício, a Companhia obteve recebimentos efetivos no valor de R\$ 126.301 (principal + juros), havendo ainda saldo a receber.

13 Depósitos judiciais

	31/03/2025	31/03/2024
Depósito judicial terceiros (INCRA e FNDE) (i)	<u>16.916</u>	<u>11.366</u>
Outros depósitos judiciais	<u>2.814</u>	<u>2.824</u>
	<u>19.730</u>	<u>14.190</u>

- (i) Ação Judicial promovida pela Companhia, em face da União Federal, com pedido de declaração de inconstitucionalidade da exigência das contribuições devidas aos “terceiros” (INCRA e FNDE).

14 Ativos e passivos fiscais diferidos

A Companhia possui imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos sobre os seguintes valores base:

	Saldo em 31 de março de 2023	Reconhecidos no resultado	Saldo em 31 de março de 2024	Reconhecidos no resultado	Saldo em 31 de março de 2025
Ativo não circulante					
Provisão para contingências	311	-	311	-	311
Provisão para perdas esperadas	159	-	159	-	159
Provisão para estoques obsoletos	<u>56</u>	<u>-</u>	<u>56</u>	<u>-</u>	<u>56</u>
	<u>526</u>	<u>-</u>	<u>526</u>	<u>-</u>	<u>526</u>
Passivo não circulante					
Depreciação - Ajuste por adoção CPC 27	(26.361)	896	(25.465)	521	(24.944)
Ativo biológico - CPC 29	(4.661)	2.597	(2.064)	6.443	4.379
Arrendamentos CPC 06	-	-	-	(763)	(763)
Valor justo investimentos	<u>(14.441)</u>	<u>(5.548)</u>	<u>(19.989)</u>	<u>(2.498)</u>	<u>(22.487)</u>
	<u>(45.463)</u>	<u>(2.055)</u>	<u>(47.518)</u>	<u>3.703</u>	<u>(43.815)</u>
	<u>(44.937)</u>	<u>(2.055)</u>	<u>(46.992)</u>	<u>3.703</u>	<u>(43.289)</u>

15 Outras divulgações sobre o fluxo de caixa

Reconciliação da dívida líquida

	31/03/2025	31/03/2024
Empréstimos, financiamentos e financiamentos - Cooperativa	250.563	288.439
Passivo de arrendamento	<u>19.812</u>	<u>-</u>
Total da dívida	270.375	288.439
Caixa e equivalente de caixa	<u>(285.744)</u>	<u>(229.640)</u>
Total da dívida líquida	<u>(15.369)</u>	<u>58.799</u>
	Empréstimos e	Passivo de
	financiamentos	arrendamento
	Total da	dívida
Dívida líquida em 31 de março de 2023	263.568	-
Movimentação que afeta o fluxo de caixa		
Aquisições	40.516	-
Pagamentos - Principal	(59.488)	-
Pagamentos - Juros	(28.577)	-
Movimentação que não afeta o fluxo de caixa		
Aquisições	39.000	-
Juros provisionados	<u>33.420</u>	<u>-</u>
Dívida líquida em 31 de março de 2024	<u>288.439</u>	<u>-</u>
Movimentação que afeta o fluxo de caixa		
Aquisições	20.461	21.576
Pagamentos - Principal	(63.610)	(6.631)
Pagamentos - Juros	(24.246)	-
Movimentação que não afeta o fluxo de caixa		
Aquisições	-	3.602
Juros provisionados	<u>29.519</u>	<u>1.265</u>
Dívida líquida em 31 de março de 2025	<u>250.563</u>	<u>19.812</u>

16 Investimentos

Nenhuma das Companhias contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial tem suas ações negociadas em bolsa de valores.

	31/03/2025	31/03/2024
Controlada (i)	121.901	109.241
Copersucar S.A.	40.683	41.496
CTC - Centro Tecnologia Canavieira S.A.	69	69
Outros investimentos avaliados ao custo	<u>129</u>	<u>67</u>
	<u>162.782</u>	<u>150.873</u>

- (i) Valor investimento na empresa Uberaba Energia Ltda., subsidiária integral, em consonância com o projeto de cogeração de energia, aprovado em reunião do Conselho de Administração em 07 de novembro de 2022.

O quadro abaixo apresenta um sumário das informações financeiras em empresa controlada:

Usina Uberaba S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de março de 2025 e 2024

Uberaba Energia Ltda.

Capital social integralizado 31 de março de 2025	113.281
Patrimônio líquido em 31 de março de 2025	121.901
Resultado do exercício	12.660
Participação %	100%
Saldo em 31 de março de 2023	<u><u>73.281</u></u>
Aumento de capital	40.000
Resultado de equivalência patrimonial	<u>(4.040)</u>
Saldo em 31 de março de 2024	<u><u>109.241</u></u>
Resultado de equivalência patrimonial	<u>12.660</u>
Saldo em 31 de março de 2025	<u><u>121.901</u></u>

Os registros contábeis das investidas e os saldos do patrimônio líquido e resultado do exercício correspondem aos seguintes saldos:

Uberaba Energia Ltda.

Ativo circulante	18.968
Ativo não circulante	153.782
Passivo circulante	(2.330)
Passivo não circulante	(48.519)
Patrimônio líquido	(121.901)
Resultado	12.660
Receitas	21.621
Custos e despesas	(8.961)

17 Imobilizado

	Edifícios e construções	Maquinismo, instalações e equipamentos	Veículos	Máquinas e implementos agrícolas	Móveis e utensílios	Manutenção de máquinas e equipamentos	Terras	Outros	Obras em andamento	Lavouras de cana-de-açúcar	Adiantamento a fornecedores	Total
Saldo em 31 de março de 2023	42.422	167.052	39.512	50.492	1.189	52.998	3.292	1.940	137.389	124.832	5.448	626.566
Adições	2	2.027	13.309	14.636	391	65.233	-	503	35.595	41.492	400	173.588
Alienações	(121)	(656)	(31)	(2.009)	-	-	-	(7)	-	-	(5.269)	(8.093)
Transferências	2.710	13.390	729	12.108	21	-	-	431	(29.389)	-	-	-
Apropriação de gastos de entressafra	-	-	-	-	-	(50.476)	-	-	-	-	-	(50.476)
Depreciação	(1.576)	(16.667)	(6.642)	(14.953)	(308)	-	-	(1.161)	-	(27.465)	-	(68.772)
Saldo em 31 de março de 2024	<u>43.437</u>	<u>165.146</u>	<u>46.877</u>	<u>60.274</u>	<u>1.293</u>	<u>67.755</u>	<u>3.292</u>	<u>1.706</u>	<u>143.595</u>	<u>138.859</u>	<u>579</u>	<u>672.813</u>
Custo total	66.324	322.710	90.353	113.675	2.755	537.468	3.292	9.919	143.595	312.295	579	1.602.965
Depreciação acumulada	(22.887)	(157.564)	(43.476)	(53.401)	(1.462)	(469.713)	-	(8.213)	-	(173.436)	-	(930.152)
Valor residual	<u>43.437</u>	<u>165.146</u>	<u>46.877</u>	<u>60.274</u>	<u>1.293</u>	<u>67.755</u>	<u>3.292</u>	<u>1.706</u>	<u>143.595</u>	<u>138.859</u>	<u>579</u>	<u>672.813</u>
Saldo em 31 de março de 2024	43.437	165.146	46.877	60.274	1.293	67.755	3.292	1.706	143.595	138.859	579	672.813
Adições	55	2.041	16.233	4.995	137	83.680	-	1.011	35.479	47.067	33	190.731
Alienações	-	-	(256)	(245)	(0)	-	-	(12)	-	-	(579)	(1.092)
Transferências	10.240	47.379	8.889	4.008	428	-	-	665	(71.609)	-	-	-
Apropriação de gastos de entressafra	-	-	-	-	-	(63.019)	-	-	-	-	-	(63.019)
Depreciação	(2.620)	(21.050)	(7.081)	(17.104)	(394)	-	-	(1.040)	-	(31.279)	-	(80.568)
Saldo em 31 de março de 2025	<u>51.112</u>	<u>193.516</u>	<u>64.662</u>	<u>51.928</u>	<u>1.464</u>	<u>88.416</u>	<u>3.292</u>	<u>2.330</u>	<u>107.465</u>	<u>154.647</u>	<u>33</u>	<u>718.865</u>
Custo total	76.619	372.130	115.219	122.433	3.320	621.148	3.292	11.583	107.465	359.362	33	1.792.604
Depreciação acumulada	(25.507)	(178.614)	(50.557)	(70.505)	(1.856)	(532.732)	-	(9.253)	-	(204.715)	-	(1.073.739)
Valor residual	<u>51.112</u>	<u>193.516</u>	<u>64.662</u>	<u>51.928</u>	<u>1.464</u>	<u>88.416</u>	<u>3.292</u>	<u>2.330</u>	<u>107.465</u>	<u>154.647</u>	<u>33</u>	<u>718.865</u>

Obras em andamento

Refere-se substancialmente ao projeto de ampliação de moagem da Companhia, melhorias do parque industrial e reposição de frota agrícola, os quais entrarão em operação a partir da Safra 25/26.

Valor recuperável do ativo imobilizado

Durante os exercícios encerrados em 31 de março de 2025 e de 2024, não foram identificados eventos que indicassem a necessidade de efetuar cálculos para avaliar eventual redução do imobilizado ao seu valor de recuperação.

Garantia

Em 31 de março de 2025, bens do ativo imobilizado com valor contábil de R\$ 105.414 (R\$ 131.827 em 31 de março de 2024) estão sujeitos a uma fiança registrada para garantir financiamentos bancários (Finame).

Depreciação

A projeção das vidas úteis dos bens constantes do ativo imobilizado da Companhia foi estimada por empresa especializada, contratada para este fim, com experiência e competência profissional, objetividade e conhecimento técnico dos bens avaliados. Para a realização deste trabalho consideraram informações a respeito da utilização dos bens avaliados, mudanças tecnológicas ocorridas e em curso e ambiente econômico em que operam. Para o exercício encerrado em 31 de março de 2025, a avaliação da vida útil foi revisada internamente pela Administração, com base no laudo dos especialistas, considerando o planejamento e peculiaridades dos negócios da Companhia. A vida útil estimada dos bens registrados no ativo imobilizado não teve mudanças significativas e está evidenciada na nota 3.4 (iii).

18 Fornecedores

	31/03/2025	31/03/2024
Fornecedores de cana	63.922	40.130
Fornecedores diversos	42.646	13.625
	<u>106.570</u>	<u>53.755</u>

A exposição da Companhia a riscos de moeda e liquidez relacionados a contas a pagar a fornecedores e demais passivos é divulgada na nota 24.

19 Empréstimos e financiamentos

Essa nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição da Companhia a risco de taxas de juros, moeda estrangeira e liquidez, veja nota 24.

a) Empréstimos e financiamentos bancários

Modalidade	Moeda	Vencimento	Taxa de juros	31/03/2025	31/03/2024
Nota crédito exportação (NCE)	R\$	05/2026	Juros de 1,45% a 2,14% a.a. mais CDI	12.942	30.362
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	R\$	01/2027	Juros pré-fixados de 6,25% a.a.	796	1.124
Finame	R\$	05/2039	Juros de 1,82% a.a. mais Selic	47.304	42.613
Finame	R\$	12/2029	Juros de 3,86% a.a. mais TLP	94.746	117.424
Cédula de produtor rural (CPR)	R\$	11/2029	Juros pré-fixados de 6,84% a.a.	19.190	-
Cédula de produtor rural (CPR)	R\$	01/2027	Juros de 1,33% a 2,33% a.a. mais CDI	72.779	93.454
				<u>247.757</u>	<u>284.977</u>
Circulante				61.432	69.838
Não circulante				186.325	215.139

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento:

Safra	31/03/2025	31/03/2024
2025/2026	-	55.875
2026/2027	51.084	46.375
2027/2028	32.782	28.021
2028/2029	27.400	22.639
2029/2030 a 2035/2036	75.059	62.229
	<u>186.325</u>	<u>215.139</u>

A Companhia possui algumas obrigações contratuais em vigor (“*covenants*”) decorrentes dos financiamentos como limites de endividamento, geração de caixa, performance financeira e outros.

Garantias

Para os empréstimos tomados pela Companhia são concedidos como garantias avais das controladoras e os bens adquiridos com os recursos. Veja nota 17.

b) Financiamentos - Cooperativa

Correspondem a recursos repassados pela Cooperativa, com a seguinte composição:

	31/03/2025	31/03/2024
Repasso de recursos (Selic)	-	2.280
Adiantamentos - Copersucar - sem correção	2.806	1.182
	<u>2.806</u>	<u>3.462</u>

20 Impostos e contribuições a recolher

	31/03/2025	31/03/2024
INSS a recolher	19.056	13.553
Outros impostos a recolher	4.064	1.209
	<u>23.120</u>	<u>14.762</u>
Circulante	6.413	3.187
Não circulante	16.707	11.575

O total mantido no passivo não circulante se refere à Ação Judicial promovida pela Companhia, no exercício encerrado em 31 de março de 2023, em face da União Federal, com pedido de declaração de inconstitucionalidade da exigência das contribuições devidas aos “terceiros” (INCRA e FNDE). Conforme informado por nossos consultores jurídicos, a expectativa de eventual julgamento da ação poderá ocorrer num período superior a 2 anos da data do protocolo da Ação Judicial.

21 Passivos de arrendamento e direito de uso

Os resultados apurados relativos ao direito de uso e passivo de arrendamento, os prazos contratuais e taxas incrementais de desconto utilizadas, estão adiante descritos:

Ativo de direito de uso

A movimentação de saldos do ativo de direito de uso é evidenciada abaixo:

	31/03/2025
Saldos iniciais	-
Adições de novos contratos	21.576
Ajuste por remensuração	3.602
Despesa de depreciação	<u>(3.121)</u>
Saldos finais	<u><u>22.057</u></u>

Passivos de arrendamento

As movimentações dos saldos dos passivos de arrendamento são apresentadas no quadro abaixo:

	31/03/2025
Saldos iniciais	-
Adições de novos contratos	21.576
Ajuste por remensuração	3.602
Pagamentos	(6.631)
Juros provisionados	<u>1.265</u>
Saldos finais	<u><u>19.812</u></u>
Circulante	3.817
Não circulante	15.995

Divulgações adicionais

A Companhia estimou as taxas de desconto, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos. A tabela abaixo evidencia as taxas praticadas levando em consideração os prazos dos contratos.

Contratos por prazo e taxas de desconto

Prazos	Taxa % a.a.
02 anos	14,43%
03 anos	13,69%
04 anos	12,19%
05 anos	10,41%

A Companhia apresenta, no quadro abaixo, a análise de seus contratos com base nas datas de vencimento. Os valores estão apresentados com base nas prestações não descontadas:

Maturidade dos contratos

Ano safra	31/03/2025	31/03/2024
Safra 2025/2026	3.817	-
Safra 2026/2027	3.817	-
Safra 2027/2028	3.817	-
Safra 2027/2028 em diante	<u>15.270</u>	<u>-</u>
Valores não descontados	26.721	-
Ajuste a valor presente	<u>(6.909)</u>	<u>-</u>
Saldos finais	<u><u>19.812</u></u>	<u><u>-</u></u>

22 Demais passivos

	31/03/2025	31/03/2024
Provisão parte crédito presumido ICMS	5.690	5.690
Acordos trabalhistas a pagar	71	101
Dividendos a pagar (Nota 24)	401	1.008
Adiantamento de clientes	-	531
Demais passivos	<u>117</u>	<u>50</u>
	<u><u>6.279</u></u>	<u><u>7.380</u></u>

23 Provisão para contingências

	31/03/2025	31/03/2024
Trabalhistas	899	899
Cíveis	<u>15</u>	<u>15</u>
	<u><u>914</u></u>	<u><u>914</u></u>

Passivos contingentes

Existem contingências passivas tributárias e trabalhistas avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. Seguem os valores das contingências que foram consideradas pelos assessores jurídicos como possível o risco de perda:

	Tributária	Trabalhista	Cível	Ambiental	Total
Saldos em 31 de março de 2024	4.475	2.969	553	-	8.397
Saldos em 31 de março de 2025	4.647	3.557	1.228	1	9.433

24 Instrumentos financeiros

Gerenciamento de risco financeiro

Visão geral

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de risco e gerenciamento do capital da Companhia.

Estrutura de gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos ao qual a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia através de treinamento, procedimentos de gestão e procedimentos busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros conforme apresentado abaixo. A gestão do risco de crédito da Companhia em relação a clientes, no que pertence ao negócio de etanol convencional é centrada no relacionamento formalizado com a Cooperativa.

De forma geral, os direcionamentos dos negócios são tratados em reuniões da alta administração para tomadas de decisões, acompanhamento dos resultados e adequações das estratégias estabelecidas, visando manter os resultados esperados.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

Ativos	Nota	31/03/2025	31/03/2024
Caixa e equivalentes de caixa	6	285.744	229.640
Contas a receber - Clientes	7	7.700	7.861
Contas a receber - Cooperativa	8	60.314	3.423
Demais ativos		4.369	853
		<u>358.127</u>	<u>241.777</u>

Os saldos apresentados acima não apresentam uma concentração significativa, que possam deixar o risco de crédito significativo.

Os saldos de Caixa e equivalentes de caixa são mantidos em instituições financeiras de primeira linha, conforme demonstrado na nota 6.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração de liquidez é de garantir que sempre haja a liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia trabalha alinhando disponibilidade e geração de recursos de modo a cumprir suas obrigações nos prazos acordados.

A seguir, estão as maturidades contratuais de ativos e passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

	31/03/2025			
	Até 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	285.744	-	-	-
Contas a receber - Clientes	7.700	-	-	-
Contas a receber - Cooperativa	60.284	30	-	-
Demais ativos	4.369	-	-	-
	<u>358.097</u>	<u>30</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Passivos				
Fornecedores	106.570	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	78.574	124.661	164.159	225.050
Financiamentos - Cooperativa	-	2.806	-	-
Demais passivos	6.279	-	-	-
	<u>191.423</u>	<u>127.467</u>	<u>164.159</u>	<u>225.050</u>
	31/03/2024			
	Até 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	229.640	-	-	-
Contas a receber - Clientes	7.861	-	-	-
Contas a receber - Cooperativa	1.357	2.066	-	-
Demais ativos	853	-	-	-
	<u>239.711</u>	<u>2.066</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Passivos				
Fornecedores	53.755	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	112.114	109.271	133.762	85.633
Financiamentos - Cooperativa	-	3.462	-	-
Demais passivos	6.849	-	-	-
	<u>172.718</u>	<u>112.733</u>	<u>133.762</u>	<u>85.633</u>

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

Os saldos passivos de curto prazo serão liquidados com os saldos ativos de curto prazo e pela geração de caixa da Companhia durante o exercício.

Classificação dos instrumentos financeiros

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas na demonstração financeira da Companhia, conforme quadros abaixo:

	31/03/2025		
	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Valor justo Nível 2
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	227	285.517	285.517
Contas a receber - Clientes	7.700	-	-
Contas a receber - Cooperativa	60.314	-	-
Demais ativos	4.369	-	-
Total	72.610	285.517	285.517
Passivos			
Fornecedores	106.570	-	-
Empréstimos e financiamentos	247.757	-	303.220
Financiamentos - Cooperativa	2.806	-	-
Passivo de arrendamento	19.812	-	-
Demais passivos	6.279	-	-
Total	383.224	-	303.220
31/03/2024			
	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Valor justo Nível 2
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	418	229.222	229.222
Contas a receber - Clientes	7.861	-	-
Contas a receber - Cooperativa	3.423	-	-
Demais ativos	853	-	-
Total	12.555	229.222	229.222
Passivos			
Fornecedores	53.755	-	-
Empréstimos e financiamentos	284.977	-	353.723
Financiamentos - Cooperativa	3.462	-	-
Demais passivos	6.849	-	-
Total	349.043	-	353.723

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as

exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

a. Risco de volatilidade no preço de seus produtos

A Companhia está exposta ao risco de mudanças no preço de seu produto fabricado, o etanol anidro e hidratado. Em relação a este produto, vem acompanhando os preços no mercado interno e projeta sua recuperação ao longo da safra 25/26.

b. Risco de taxa de juros e análise de sensibilidade

A Companhia está exposta a risco de taxa de juros pós-fixadas, tanto para suas aplicações financeiras como para suas operações de empréstimos e financiamentos.

O valor contábil dos ativos e passivos financeiros representam a exposição máxima do risco de taxa de juros. A exposição máxima do risco de taxa de juros, na data das demonstrações financeiras são:

	Nota	31/03/2025	31/03/2024
Ativo			
Aplicações financeiras	6	285.517	229.222
Passivo			
Empréstimos e financiamentos	19	(227.770)	(286.133)

Para a análise de sensibilidade de exposição de taxa de juros e de câmbio, a Companhia utiliza cenários para avaliar as posições ativas e passivas, considerando curvas de juros com variações de 25% e 50% de *stress*. A Companhia entende que esses percentuais atendem sua necessidade, já que a exposição é basicamente risco de taxa de juros e possui baixa volatilidade.

O cenário provável adotado pela Administração reflete as projeções de mercado para o próximo exercício.

			Cenários										
			Provável			Aumento do índice em 25%		Aumento do índice em 50%		Redução do índice em 25%		Redução do índice em 50%	
			31/03/2025	Risco	%	valor	%	valor	%	valor	%	valor	%
Ativos financeiros													
Aplicações financeiras	285.517	CDI	14,71%	42.008	18,39%	52.511	22,07%	63.013	11,03%	31.506	7,36%	21.004	
Total dos ativos financeiros	285.517			42.008		52.511		63.013		31.506		21.004	
Passivos financeiros													
Financiamentos - Finame	(94.745)	TLP	9,11%	(8.631)	11,39%	(10.789)	13,67%	(12.947)	6,83%	(6.473)	4,56%	(4.316)	
Financiamentos – Finame	(47.304)	SELIC	16,07%	(7.602)	20,09%	(9.502)	24,11%	(11.403)	12,05%	(5.701)	8,04%	(3.801)	
Financiamentos – NCE/CPRF	(85.721)	CDI	16,53%	(14.170)	20,66%	(17.712)	24,80%	(21.255)	12,40%	(10.627)	8,27%	(7.085)	
Total dos passivos financeiros	(227.770)			(30.403)		(38.003)		(45.604)		(22.802)		(15.201)	
Total				11.606		14.507		17.409		8.704		5.803	
Impacto no resultado e no PL						2.901		5.803		(2.901)		(5.803)	

Perfil

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

	Valor contábil	
	31/03/2025	31/03/2024
Instrumentos de taxa fixa		
Passivos financeiros	19.986	1.124
Instrumentos de taxa variável		
Ativos financeiros	285.517	229.222
Passivos financeiros	227.770	286.134

Gerenciamento do capital

A política da Diretoria é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio.

A Diretoria monitora os retornos sobre capital com base no índice de alavancagem financeira, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo capital total.

A Diretoria também monitora o nível de dividendos para acionistas considerando a posição do endividamento líquido da empresa.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de março de 2025 e de 2024 podem ser assim sumarizados:

	31/03/2025	31/03/2024
(+) Empréstimos, financiamentos e financiamentos - Cooperativa	250.563	288.439
(-) Caixa e equivalentes de caixa	<u>(285.744)</u>	<u>(229.640)</u>
(=) Dívida líquida (A)	<u>(35.181)</u>	<u>58.799</u>
Total do Patrimônio líquido (B)	<u>1.038.245</u>	<u>983.183</u>
Total do capital (A + B)	<u><u>1.003.064</u></u>	<u><u>1.041.982</u></u>
Índice de alavancagem financeira - % (A) / (A + B)	<u>(4)</u>	<u>6</u>

Classificações contábeis e valores justos

Valor justo versus valor contábil

Para todas as operações apresentadas como ativos e passivos financeiros, a Administração da Companhia considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, não gerando grandes oscilações entre eles.

Impairment de ativos financeiros

Todos os ativos financeiros da Companhia não apresentam indicadores de perda do valor recuperável.

Garantias

Para os empréstimos tomados pela Companhia são concedidos como garantias avais de Companhia controlada, das controladoras e os bens adquiridos com os recursos.

25 Partes relacionadas

Remuneração do pessoal chave da Administração

O pessoal chave da Administração da Companhia é composto pela Diretoria eleita por ocasião da Assembleia Geral Ordinária com mandato de três anos. O montante referente à remuneração do pessoal chave da Administração durante o exercício a título de benefícios de curto prazo foi de R\$ 4.092 (R\$ 2.543 em 31 de março de 2024). A Companhia não concede ao pessoal chave da Administração benefícios com características de longo prazo.

Outras operações com partes relacionadas

As operações com partes relacionadas compreendem em transações financeiras, adiantamentos para futuro aumento de capital e compra e venda de produtos, como cana-de-açúcar e outros, realizadas em condições específicas definidas em contrato entre as partes.

	31/03/2025	31/03/2024
Ativo circulante		
Demais contas a receber		
Usina Santo Antônio S.A.	315	1
Usina São Francisco S.A.	850	304
	1.165	305
Passivo circulante		
Fornecimento de cana-de-açúcar		
Acionistas	3.100	2.939
Demais contas a pagar		
Usina Santo Antônio S.A.	1.362	565
Usina São Francisco S.A.	101	41
Dividendos a pagar		
Dividendos a pagar	401	1.008
	4.964	4.553
	31/03/2025	31/03/2024
Vendas de bens, serviços, cana-de-açúcar, bagaço de cana e outros		
Usina Santo Antônio S.A.	508	1
Usina São Francisco S.A.	1.713	303
Uberaba Energia Ltda.	-	17
	2.221	321
Compra de bens, serviços, cana-de-açúcar, bagaço de cana e outros		
Usina Santo Antônio S.A.	10.962	7.524
Usina São Francisco S.A.	830	579
Uberaba Energia Ltda.	196	-
	11.988	8.103

Contrato de fornecimento

A Companhia possui contrato de exclusividade de fornecimento de etanol junto a Cooperativa, pelo prazo de três anos safras, sendo o contrato renovado a cada safra.

A Companhia também é interveniente garantidora das operações de venda de etanol correspondentes ao contrato firmado pela Cooperativa junto a Copersucar S.A., o qual tem

caráter de exclusividade, assegurando diretamente e indiretamente, benefícios e vantagens financeiras e mercadológicas. Os fatores de risco de preço desse contrato são os indicadores CEPEA/ESALQ para os mercados interno e externo.

Vide demais operações com a Cooperativa nas notas 30 e 31.

Avais, fianças e garantias

A Companhia é avalizada por suas controladoras e não é avalista de seus fornecedores.

26 Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de março de 2025 e 2024, o capital social está representado por 113.591.203 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Em 18 de julho de 2024 foi proposto e aprovado a integralização e o aumento de capital social da Companhia no valor de R\$ 147.096, decorrente de deliberação assemblear.

Em 27 de julho de 2023 foi proposto e aprovado a integralização e o aumento de capital social da Companhia no valor de R\$ 42.416, decorrente de deliberação assemblear.

b) Reservas

(i) Reserva legal

É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei n.º. 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

(ii) Reserva de incentivos fiscais

O montante desta rubrica refere-se aos incentivos fiscais classificados como subvenção para investimentos, também descritos na nota 12 (iv), constituídos em atenção aos comandos do artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações e artigo 30 da Lei 12.973/14. Tal reserva é constituída observado o limite do lucro contábil acumulado no período e somente poderá ser utilizada para: i) absorção de prejuízos, desde que anteriormente já tenham sido totalmente absorvidas as demais Reservas de Lucros, com exceção da Reserva Legal; ou, ii) aumento do capital social. No período findo em 31 de março de 2025, a Companhia não constituiu reserva para incentivos fiscais. No período findo em 31 de março de 2024, a Companhia constituiu reserva para incentivos fiscais referente aos benefícios fiscais de ICMS reconhecidos extemporaneamente referente ao período de 2021 a 2023, no montante de R\$ 69.098 mil (líquido do efeito da realização de dividendos e aumento de capital).

c) Dividendos e distribuição dos lucros acumulados

Os acionistas têm direito a um dividendo obrigatório de 0,5% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações.

Em assembleia dos acionistas realizada em 26 de julho de 2024 foi deliberada distribuição de dividendos no montante de R\$ 25.385 e na assembleia em 27 de julho de 2023, R\$ 53.956.

A distribuição proposta pela Administração para os lucros acumulados está determinada como segue:

	31/03/2025	31/03/2024
Base de cálculo - representada pelo lucro líquido do exercício	80.851	201.576
(+) Reversão de despesa IR/CS – 03/2023	-	51.091
(-) Reserva legal – 5%	(4.043)	(10.079)
(-) Dividendos obrigatórios – 0,5%	(404)	(1.008)
(-) Constituição de Reserva Incentivos Fiscais	-	(69.098)
Lucros à disposição da Assembleia Geral	<u>76.404</u>	<u>172.481</u>

O resultado do exercício em 31 de março de 2025, após destinações legais, apresentado na rubrica “Lucro a deliberar”, serão deliberados por ocasião da Assembleia Geral Ordinária aos acionistas a ser realizada no prazo previsto na legislação.

27 Receita operacional líquida

As receitas operacionais da Companhia são compostas pela venda de etanol anidro e hidratado e outras receitas de vendas com combustíveis, vinhaça, levedura e bagaço de cana-de açúcar.

Abaixo é reproduzida a conciliação entre as receitas brutas para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	31/03/2025	31/03/2024
Etanol	765.688	759.246
Cbios	23.622	25.072
Cana-de-açúcar	19.618	8.422
Venda de bagaço da cana	6.226	10.012
Levedura	15.710	815
Serviços prestados	3.500	2.355
Outras vendas	15.156	15.262
Receita bruta das vendas	<u>849.520</u>	<u>821.184</u>
(-) Impostos sobre vendas	(63.809)	(59.274)
(-) Devoluções e abatimentos	(166)	(104)
Receita líquida das vendas	<u>785.545</u>	<u>761.806</u>

28 Custos de produção

O custo de produção da Companhia é composto substancialmente por matéria prima (cana-de-açúcar), depreciação de máquinas e equipamentos, depreciação da lavoura, mão de obra, serviços de terceiros, combustíveis, lubrificantes, pneumáticos, amortização da manutenção entressafra e de tratos culturais, materiais de manutenção, produtos químicos e insumos, os quais, em conjunto, perfazem aproximadamente 99% do total do custo de produção do etanol da Companhia.

29 Despesas operacionais por natureza

	31/03/2025	31/03/2024
Despesa com pessoal	(12.871)	(10.896)
Depreciação e amortização	(453)	(392)
Despesa com comercialização	(21.211)	(23.412)
Serviços de terceiros	(25.244)	(15.079)
Outras despesas	(6.214)	(7.015)
	<u>(65.993)</u>	<u>(56.794)</u>
 Reconciliação com as despesas operacionais classificadas por função		
Vendas	(24.737)	(27.220)
Administrativas e gerais	(41.256)	(29.574)
	<u>(65.993)</u>	<u>(56.794)</u>

30 Outras receitas operacionais, líquidas

	31/03/2025	31/03/2024
Outras receitas operacionais		
Recuperação de despesas diversas	-	151
Outras receitas operacionais - Cooperativa	88	-
Valor recebido na alienação de ativo imobilizado	3.163	3.861
Dividendos	149	41
Ganho por variação patrimonial de investida	7.347	16.319
Outras receitas operacionais	8.291	-
	<u>1.328</u>	<u>251</u>
	<u>20.366</u>	<u>20.623</u>
 Outras despesas operacionais		
Outras despesas operacionais - Cooperativa	(7.988)	(2.078)
Custo na alienação de imobilizado	(513)	(2.051)
Estorno crédito ICMS CIAP	(6.154)	-
Outras despesas operacionais	(1.768)	(919)
	<u>(16.423)</u>	<u>(5.048)</u>
	<u>3.943</u>	<u>15.575</u>

31 Despesas financeiras, líquidas

	31/03/2025	31/03/2024
Receitas financeiras		
Operações Cooperativa – PN 66	369	10
Juros aplicações financeiras	29.135	21.867
Juros demais operações e outros	14.534	13.394
	<u>44.038</u>	<u>35.271</u>
 Despesas financeiras		
Operações Cooperativa – PN 66	(877)	(428)
Juros apropriados sobre financiamentos	(28.872)	(32.955)
Juros passivos de arrendamento	(1.265)	-
Descontos concedidos e outros	(301)	(462)
	<u>(31.315)</u>	<u>(33.845)</u>
	<u>12.723</u>	<u>1.426</u>

32 Compromissos

A Companhia estabelece compromissos diversos no curso normal de suas atividades. Abaixo estão aqueles que merecem destaque:

Compromisso de venda

Na data das demonstrações financeiras a Companhia tem o compromisso de comercialização de etanol e levedura para safras futuras. Em 31 de março de 2025, o volume desses compromissos totaliza aproximadamente 256.785 metros cúbicos de etanol, a serem cumpridos até 31 de março de 2026.

Compras de insumos

A Companhia constantemente celebra contratos de compra para aquisição de insumos agrícolas com o objetivo de garantir a entrega destes para utilização na manutenção de sua lavoura ao longo da safra. Referida operação geralmente é realizada por meio de compra para entrega futura. Até a data da emissão da demonstração financeira havia R\$ 3.304 compras firmadas de insumos agrícolas, como fertilizantes, herbicidas, pó calcário, inseticidas, corretivo de solo, entre outros para a safra 25/26 e negociações com fornecedores em andamento.

Compras de cana-de-açúcar

A Companhia possui diversos compromissos de compra de cana-de-açúcar com terceiros para garantir parte de sua produção para os próximos períodos de colheita. A quantidade de cana-de-açúcar a ser adquirida é calculada com base em uma estimativa de colheita de cana-de-açúcar por área geográfica. A quantia a ser paga pela Companhia será determinada para cada período de colheita ao término de tal período de colheita de acordo com a sistemática de pagamento da cana-de-açúcar adotado pela CONSECANA. Nesta safra que se inicia (25/26), entre contratos assumidos e negociações em andamento a estimativa total de cana a ser adquirida de fornecedores é de 1.269 (mil) toneladas.

Clesio Antonio Balbo
Diretor superintendente

Marco Antonio Balbo
Diretor agrícola

Ranulfo Costa
Gerente de controladoria